CLIPPING INTERNET

14/09/2022 ATÉ 14/09/2022

comunicação & informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 1 2 3
1.2 SITE O MARANHENSE..... 4 5
2 CNJ
2.1 BLOG DO JURACI FILHO..... 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
14/09/2022 - BLOG DO JURACI FILHO
POSITIVA
CNJ arquiva reclamação de Roberto Rocha contra juiz Douglas Martins

CNJ arquiva reclamação de Roberto Rocha contra juiz Douglas Martins

14/09/2022 18:24:41

DPE - UPAON-AÇU NEWS

O Conselho Nacional de Justiça (CN), por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 0003341-63.2020.2.00.0000, movida pelo senador Roberto Rocha contra o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos de Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, pela participação do magistrado em lives no período da pandemia da Covid-19.

A relatora do processo, ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora Nacional de Justiça, reconheceu que a participação do magistrado em live não evidenciou a existência de elementos suficientes para configurar falta disciplinar, recomendando o arquivamento da ação.

O fato arguido pelo senador Roberto Rocha diz respeito à live que o juiz Douglas de Melo Martins participou no Instagram, em 2020, a fim de explicar os efeitos da decisão que acabara de proferir, determinando o lockdown na Ilha de São Luís.

A decisão do CNJ confirmou que as manifestações do juiz Douglas de Melo Martins nas redes sociais, naquele momento de pandemia, foram importantes para os devidos esclarecimentos à sociedade maranhense sobre o lockdown, bem como às autoridades públicas sobre o cumprimento da decisão do magistrado.

"O CNJ reconheceu, por unanimidade, que não houve qualquer transgressão na manifestação do juiz Douglas e que esta ocorreu em momento de excepcionalidade por conta da pandemia do coronavírus. Ficou comprovado que a decisão judicial que determinou o lockdown foi uma atitude necessária, a qual resultou na redução na taxa de mortalidade por Covid-19 na capital", destacou o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros.

Decisão

Em seu relatório, a ministra Maria Theresa Moura pontuou a excepcionalidade da situação (crise mundial de saúde pública) e o tempo exíguo para difusão de informações relevantes, uma vez que a decisão judicial do juiz Douglas Martins provocou impacto direto na vida de toda a sociedade maranhense, necessitando de esclarecimento imediato das dúvidas da população e de diversas esferas do Poder Público que deveriam dar cumprimento ao que foi decidido.

A ministra observou, também, que na live o magistrado se ateve a explicar a decisão judicial proferida e não fez

menção a nenhuma atividade política e nenhuma crítica ao sistema, como injustamente acusou o senador Roberto Rocha. "Assim, nota-se que as características da live mais se aproximam a esclarecimentos de tema relevante para a sociedade, do que uma atividade político partidária propriamente dita", destacou.

Na sessão do CNJ que decidiu pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar votaram os conselheiros Luiz Fux, Luis Felipe Salomão, Vieira de Mello Filho, Mauro Pereira Martins, Salise Sanchotene, Jane Granzoto, Richard Pae Kim, Marcio Luiz Freitas, Giovanni Olsson, Sidney Madruga, João Paulo Schoucair, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Marcello Terto, Mário Goulart Maia e Luiz Fernando Bandeira de Mello.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
14/09/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
São Luís recebe centro de atenção às vítimas de crimes

São Luís recebe centro de atenção às vítimas de crimes

O local fica no Campus Bacanga na UFMA, aberto das 8h às 18h para receber e atender as vítimas.

Diversas autoridades participaram da solenidade. (Foto: Divulgação/Ribamar Pinheiro)

Por: Da Redação com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão
14 de Setembro de 2022

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nessa segunda-feira (12), o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), na Comarca da Ilha de São Luís.

O Centro funciona no prédio da Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. Esse é o segundo CEAV instalado no Maranhão. O primeiro foi inaugurado na comarca de Balsas, no dia 31 de agosto de 2022.

Na abertura da solenidade, o 2º vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Everton, no ato representando o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância do CEAV para a sociedade maranhense. “Esta iniciativa da Justiça é de extrema importância para a população. É um relevante serviço colocado à disposição de cidadãos e cidadãs para amenizar o sofrimento das vítimas de crimes e atos infracionais”, pontuou.

Na oportunidade, Marcelino Everton registrou agradecimentos especiais à UFMA, pela parceria firmada com o TJMA. “Prestamos, hoje, um agradecimento à Universidade, por disponibilizar este espaço para a instalação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas (CEAV)”, afirmou.

CENTRO

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas no Poder Judiciário do Maranhão (CEAV) foi instituído por meio da Resolução nº 69, de 13 de julho de 2022, que também criou o Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nos termos da Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018, atualizada pela Resolução nº 386 de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O centro é destinado a apoiar vítimas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial e psicológico, em razão de crime ou ato infracional cometido por terceiro, ainda que este não tenha sido identificado, julgado ou condenado.

O suporte também é estendido a cônjuges, companheiros, companheiras, familiares em linha reta, irmãos, irmãs e dependentes das vítimas cuja lesão tenha sido causada por um crime.

O CEAV atua com uma equipe multidisciplinar que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso,

identifica as situações de urgência, define a assistência necessária – jurídica, social ou psicológica – e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo o acompanhamento dos processos judiciais, explicou a magistrada.

SERVIÇO

Para ter direito aos serviços disponibilizados, a vítima deve se dirigir à Casa da Justiça, na UFMA, das 8 às 18h, ou buscar atendimento de forma on-line através do balcão virtual.

Por meio do CEAV, a vítima pode realizar consultas sobre andamentos processuais, ser encaminhada para a rede de serviços públicos (assistência social, jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária), ter informações sobre seus direitos, e receber direcionamento para programas de justiça restaurativa e programas de proteção.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
14/09/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
Judiciário instala Centro de Atenção às vítimas de crimes na capital

Judiciário instala Centro de Atenção às vítimas de crimes na capital

O Centro Especializado foi instalado na última segunda-feira (14).

O TJMA está localizado na Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA. (Foto: Divulgação/Ribamar Pinheiro)

Por: Da Redação, com informações do TJMA
14 de Setembro de 2022
Na última segunda-feira (12), o Tribuna de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) na Comarca da grande Ilha de São Luís.

O Centro funciona no prédio da Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. Esse é o segundo CEAV instalado no Maranhão. O primeiro foi inaugurado na comarca de Balsas, no dia 31 de agosto de 2022.

Durante abertura da solenidade, o 2º vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Everton, no ato representando o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância do CEAV para a sociedade maranhense.

“Esta iniciativa da Justiça é de extrema importância para a população. É um relevante serviço colocado à disposição de cidadãos e cidadãs para amenizar o sofrimento das vítimas de crimes e atos infracionais”, pontuou.

Na ocasião, Marcelino Everton registrou agradecimentos especiais à UFMA, pela parceria firmada com o TJMA.

“Prestamos, hoje, um agradecimento à Universidade, por disponibilizar este espaço para a instalação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas (CEAV)”, afirmou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
14/09/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
Projeto facilitará certidão de nascimento em Mirador, Paraibano e Passagem Franca

Projeto facilitará certidão de nascimento em Mirador, Paraibano e Passagem Franca

Para participar, basta comparecer aos locais de atendimento que acontecerão nos fóruns das comarcas.

Nos quatro primeiros meses deste ano foram registradas 3.312 crianças somente com o nome materno. (Foto: Reprodução)

Por: Da redação com informações da Assessoria TJ-MA
14 de Setembro de 2022

Uma pessoa sem registro civil é considerada invisível ao Estado. É a partir da certidão de nascimento que o indivíduo passa a existir oficialmente para o Governo e a sociedade.

O registro civil representa a garantia dos direitos fundamentais e contribui para combater a baixa instrução escolar, o emprego informal, a falta de assistência social e médica, a impossibilidade de acesso a créditos, dentre tantos outros prejuízos.

Com o objetivo de erradicar o sub-registro no Maranhão – sexto do país com maior índice de sub-registro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, de 2017 – que o Poder Judiciário do Maranhão promoverá o projeto “Registro Cidadão”, nas comarcas de Mirador (20/9), Paraibano (21/9) e Passagem Franca (22/9).

O projeto – organizado pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) – faz parte do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, que também realizará atividades nas comarcas nesses dias.

A iniciativa é executada de forma colaborativa entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ/MA), juízes e juízas, prefeituras, secretarias Estaduais, órgãos de Assistência Social e Médica municipais e registradores Civis de Pessoas Naturais.

A ação está alinhada à Agenda 2030, para atingir o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) nº. 1, “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”.

Também está inserida no Decreto nº 10.063/2019, do governo federal, que prevê o Compromisso Nacional para Erradicação do Sub-registro por meio de colaboração e articulação dos poderes Judiciários e Legislativo, e com as serventias extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).

Serviços ofertados
Serão ofertados à população os seguintes serviços: registro de nascimento; registro tardio de óbito e nascimento; emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito e reconhecimento de

paternidade.

Para participar, basta comparecer aos locais de atendimento que acontecerão nos fóruns das comarcas.

Para obter mais informações sobre o projeto é só entrar em contato com o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), pelo telefone (98) 3261-6220 ou com os Cartórios dos respectivos Municípios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
14/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA instala centro de apoio às vítimas em São Luís

TJMA instala centro de apoio às vítimas em São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nessa segunda-feira (12), o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), na Comarca da Ilha de São Luís.

O Centro funciona no prédio da Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. Esse é o segundo CEAV instalado no Maranhão. O primeiro foi inaugurado na comarca de Balsas, no dia 31 de agosto de 2022.

Na abertura da solenidade, o 2º vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Everton, no ato representando o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância do CEAV para a sociedade maranhense. "Esta iniciativa da Justiça é de extrema importância para a população. É um relevante serviço colocado à disposição de cidadãos e cidadãs para amenizar o sofrimento das vítimas de crimes e atos infracionais", pontuou.

Na oportunidade, Marcelino Everton registrou agradecimentos especiais à UFMA, pela parceria firmada com o TJMA. "Prestamos, hoje, um agradecimento à Universidade, por disponibilizar este espaço para a instalação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas (CEAV)", afirmou.

A coordenadora do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, desembargadora Sônia Amaral, enfatizou o alcance social do órgão, instalado na Casa da Justiça, na UFMA. "Historicamente, o Poder Público sempre se preocupou com aqueles que cometem crimes e, que portanto, precisam cumprir suas penas de forma digna. Agora, voltamos a nossa atenção para as vítimas, que precisam de um olhar especial. Precisamos nos preocupar com todos os atores que integram a nossa sociedade", destacou.

O reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Prof. Dr. Natalino Salgado, enalteceu a iniciativa da Justiça maranhense, em parceria com a instituição de ensino, em benefício da população. "A instalação desse centro, aqui, não só amplia esse projeto que vocês estão abraçando, como também irá servir de campo de prática para nossos alunos. O CEAV irá contar com um trabalho multidisciplinar que irá humanizar e garantir cidadania às vítimas. Este é um momento histórico para a nossa instituição. É um verdadeiro ato de cidadania, com a Justiça mais próxima do cidadão", frisou.

Participaram da solenidade o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; a juíza Ticiany Gedeon, no ato representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho; a primeira subdefensora pública-geral do Estado, Cristiane Marques; o secretário de Segurança Pública do Maranhão, coronel Sílvio Leite; os juízes auxiliares da Presidência, Márcio Brandão e Nilo Ribeiro; o secretário-geral da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Douglas Lima da Guia, representando o presidente da AMM, juiz Holídice Barros; a juíza-membra do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Sara Gama; o juiz Alexandre Abreu, titular da 15ª Vara Cível da capital; dentre outras autoridades; servidores e servidoras da Justiça maranhense.

CENTRO

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas no Poder Judiciário do Maranhão (CEAV) foi instituído por meio da Resolução nº 69, de 13 de julho de 2022, que também criou o Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nos termos da Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018, atualizada pela Resolução nº 386 de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O centro é destinado a apoiar vítimas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial e psicológico, em razão de crime ou ato infracional cometido por terceiro, ainda que este não tenha sido identificado, julgado ou condenado. O suporte também é estendido a cônjuges, companheiros, companheiras, familiares em linha reta, irmãos, irmãs e dependentes das vítimas cuja lesão tenha sido causada por um crime.

O CEAV atua com uma equipe multidisciplinar que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária - jurídica, social ou psicológica - e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo o acompanhamento dos processos judiciais", explicou a magistrada.

SERVIÇO

Para ter direito aos serviços disponibilizados, a vítima deve se dirigir à Casa da Justiça, na UFMA, das 8 às 18h, ou buscar atendimento de forma on-line através do balcão virtual.

Por meio do CEAV, a vítima pode realizar consultas sobre andamentos processuais, ser encaminhada para a rede de serviços públicos (assistência social, jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária), ter informações sobre seus direitos, e receber direcionamento para programas de justiça restaurativa e programas de proteção.

O post TJMA instala centro de apoio às vítimas em São Luís apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
14/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Mutirão do Judiciário facilitará certidão de nascimento em Mirador, Paraibano e Passagem Franca

Mutirão do Judiciário facilitará certidão de nascimento em Mirador, Paraibano e Passagem Franca

Uma pessoa sem registro civil é considerada invisível ao Estado. É a partir da certidão de nascimento que o indivíduo passa a existir oficialmente para o Governo e a sociedade. O registro civil representa a garantia dos direitos fundamentais e contribui para combater a baixa instrução escolar, o emprego informal, a falta de assistência social e médica, a impossibilidade de acesso a créditos, dentre tantos outros prejuízos.

Com o objetivo de erradicar o sub-registro no Maranhão - sexto do país com maior índice de sub-registro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, de 2017 - que o Poder Judiciário do Maranhão promoverá o projeto "Registro Cidadão", nas comarcas de Mirador (20/9), Paraibano (21/9) e Passagem Franca (22/9).

O projeto - organizado pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) - faz parte do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, que também realizará atividades nas comarcas nesses dias.

A iniciativa é executada de forma colaborativa entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ/MA), juízes e juízas, prefeituras, secretarias Estaduais, órgãos de Assistência Social e Médica municipais e registradores Civis de Pessoas Naturais.

A ação está alinhada à Agenda 2030, para atingir o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) nº. 1, "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares". Também está inserida no Decreto nº 10.063/2019, do governo federal, que prevê o Compromisso Nacional para Erradicação do Sub-registro por meio de colaboração e articulação dos poderes Judiciários e Legislativo, e com as serventias extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).

SERVIÇOS OFERECIDOS

Serão ofertados à população os seguintes serviços: registro de nascimento; registro tardio de óbito e nascimento; emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito e reconhecimento de paternidade. Para participar, basta comparecer aos locais de atendimento que acontecerão nos fóruns das comarcas.

Para obter mais informações sobre o projeto é só entrar em contato com o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), pelo telefone (98) 3261-6220 ou com os Cartórios dos respectivos Municípios.

O post Mutirão do Judiciário facilitará certidão de nascimento em Mirador, Paraibano e Passagem Franca apareceu primeiro em O Maranhense.